

Demonstrações Financeiras
Sociedade Humana Despertar - SHD
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
2018

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD
BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO

Em 31 de dezembro
valores em Reais R\$)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	154.805	267.251
Recursos vinculados a Convênio	4	37.819	128.304
Outros Créditos	-	88.724	91.844
		281.349	487.398
Ativo Não Circulante			
Depósitos e Caução		56.600	-
Imobilizado	5	187.332	195.050
Ativo Intangível	6	5.366	5.366
		249.297	200.416
Total do Ativo		530.646	687.814
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Obrigações com Convênios	4	14.787	145.311
Outras contas a pagar	-	36.920	3.101
		51.707	148.413
Total do Passivo		51.707	148.413
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	8	71.638	71.638
Superávit Acumulado		468.674	563.883
Déficit do Exercício		(61.373)	(96.120)
Total do Patrimônio Líquido		478.939	539.401
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		530.646	687.814

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO
Em 31 de dezembro
valores em Reais R\$)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Recursos com restrição			
Convênios Públicos	9 (a)	1.158.912	1.312.993
Convênios Privados	9 (a)	-	-
		1.158.912	1.312.993
Recursos sem restrição			
Doações	9 (b)	143.058	211.026
Projetos SHD	9 (b)	-	953
Outras receitas	-	0	0
		143.058	211.979
Total das receitas		1.301.970	1.524.972
Despesa de pessoal		(824.498)	(1.058.742)
Prestadores de serviços	10	(106.673)	(150.656)
Despesas Administrativas e Gerais	10	(429.030)	(409.074)
Depreciação e amortização		(7.718)	(21.039)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		-	-
Resultado Operacional		(65.950)	(114.539)
Receitas Financeiras		7.629	27.986
Despesas Financeiras		(3.052)	(9.567)
Resultado Líquido Financeiro		4.577	18.418
Superávit (Déficit) do exercício		(61.373)	(96.120)

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO

Em 31 de dezembro
valores em Reais R\$)

	Patrimônio Social		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	71.638	625.679	(44.747) 652.570
Déficit do Exercício	-	-	(96.120) (96.120)
Ajustes de exercícios Anteriores	-	17.049	(17.049) (17.049)
Incorporação do superávit ao patrimônio social	-	44.747	44.747 -
Saldos em 31 de dezembro de 2017	71.638	563.883	(96.120) 539.401
Déficit do Exercício	-	-	(61.373) (61.373)
Ajustes de exercícios Anteriores	-	910	910 -
Incorporação do superávit ao patrimônio social	-	(96.120)	96.120 -
Saldos em 31 de dezembro de 2018	71.638	468.673	(61.373) 478.939

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis





SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO
Em 31 de dezembro
valores em Reais R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
Superávit (Déficit) do exercício	<u>(61.373)</u>	<u>(96.120)</u>
Ajustes		
Depreciação e Amortização	7.718	21.039
Ajustes de exercícios anteriores	910	(17.049)
	<u>(52.744)</u>	<u>(92.130)</u>
Variações nos Ativos e Passivos		
Redução (Aumento) em recursos vinculados a convênios	90.485	(67)
Redução (Aumento) em outros créditos	(53.480)	(51.770)
Aumento (Redução) de fornecedores	0	(83.094)
Aumento (Redução) em obrigações com convênios	(96.706)	81.939
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(112.446)</u>	<u>(145.122)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	0	(41.000)
Caixa Líquido Aplicado nas atividades de investimentos	<u>0</u>	<u>(41.000)</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(112.446)</u>	<u>(186.122)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	267.251	453.373
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	154.805	267.251
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>(112.446)</u>	<u>(186.122)</u>

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de
2018
(Valores expressos em Reais)

Contexto operacional

A Sociedade Humana Despertar – SHD é uma sociedade sem fins econômicos, com atuação preponderantemente social, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 27 de novembro de 1995, com sede e foro na cidade de Sumaré, situada na Rua dos Pinheiros, nº 105, Estado de São Paulo, regendo com base em seu estatuto e pela legislação aplicável as Organizações sem fins lucrativos.

A Sociedade Humana Despertar – SHD tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a promoção da assistência social, defesa dos direitos humanos, da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais, da segurança alimentar e nutricional, da cultura, do esporte e defesa, da preservação e conservação do meio ambiente.

Inscrição nos órgãos oficiais

A “Sociedade Humana Despertar - SHD” possui as seguintes inscrições e títulos:

- CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 00.958.354/0001-43
- Inscrição Estadual – 671.110.899.116
- CCM – Cadastro de Contribuintes Municipais da Prefeitura da Cidade de Sumaré sob o número 23.805, datado de 15/08/2004;
- Utilidade Pública Municipal de Sumaré - Conforme artigo 5º da Lei 5010 de 9 de junho de 2010;
- Utilidade Pública Estadual - Concedida pela Lei 11.157, de 13/05/2002 D.O.E. de 14/05/2002;
- Cadastro de Organizações Ambientais CADEA – Decreto 46.655/02 do Estado de São Paulo;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Sumaré – CMAS sob número 01/1999;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – Registro número 13/00
- Estatuto Social Consolidado, registro original em 27/11/1995 e segunda alteração consolidada, registrado no 1º Tabelião de Notas de Sumaré – SP, em 2 de novembro de 2011, e terceira alteração consolidada registrada 1º Tabelião de Notas de Sumaré – SP, em 30 de janeiro de 2014.

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

1.1. Base de elaboração:

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base na NBC ITG2.002 Organizações Sem Fins Lucrativos e NBC TG 1.000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas que aprovou o CPC PME.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Organização utiliza o real (R\$) como moeda funcional para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em Março de 2019.

Gratuidade

A Organização comprovou as Gratuidades em consonância às exigências legais, conforme relatórios apresentados aos órgãos concedentes dos recursos.

2. Principais práticas contábeis

São as seguintes as principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras:

2.1. Apuração do resultado – Receitas e Despesas

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas, conforme determina a NBC ITG2.002 – Organizações sem fins lucrativos do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e mensuradas a valor justo. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos em conta movimento com liquidez imediata registrados pelos valores originais, prontamente conversíveis em um montante reconhecido em com risco insignificante de mudança de valor de mercado e para os quais não existem restrições para o seu resgate imediato.

2.3. Recursos vinculados a Convênios

Os convênios que não atendem os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados no ativo em conta específica de recursos vinculados a convênios e contra partida específica de conta do passivo. Conforme demonstrado em nota explicativa nº 4.

Os saldos de recursos vinculados a convênios são registrados no resultado no instante em que ocorrem as receitas e despesas pelo regime de competência.

Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção ou doações, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na taxa fiscal demonstrada na Nota Explicativa nº 5. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na taxa fiscal dos ativos.

Compreendem:

- Licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares);

- As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridas, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na Nota Explicativa n.º e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Organização tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo.

2.6. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-	2.191
Bancos e Aplicações em renda fixa	154.805	265.060
	<u>154.805</u>	<u>267.251</u>

Todas as aplicações classificadas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" têm disponibilidade imediata e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das informações contábeis, não excedendo o valor de negociação.

2.9. Recursos vinculados a convênios (Recursos com restrição)

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
SCFV	37.819	114.038
AEPETI	-	14.266
	<u>37.819</u>	<u>128.304</u>

Os recursos com restrição referem-se a valores que deveram ser empenhados em projetos. Os saldos não utilizados em projetos durante o exercício são mantidos em bancos vinculados aos convênios. Conforme descrito na Nota Explicativa 2.2 (c), os saldos são contabilizados no resultado por regime de competência conforme sua realização.

Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Organização estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo				
Equipamento de informática	58.132	-	-	58.132
Máquinas e equipamentos	77.186	-	-	77.186
Biblioteca	6.645	-	-	6.645
Móveis e utensílios	3.682	-	-	3.682
Veículos	37.105	-	-	37.105
Imobilizado em andamento	171.443	-	-	171.443
	<u>354.192</u>	-	-	<u>354.192</u>

Depreciação

Descrição	Taxa de Depr. %	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2017
Equipamento de informática	20%	(57.128)	(3.180)	-	(53.948)
Máquinas e equipamentos	10%	(63.446)	(4.187)	-	(59.259)
Biblioteca	10%	(6.645)	-	-	(6.645)
Móveis e utensílios	10%	(2.536)	(351)	-	(2.185)
Veículos	20%	(37.105)	-	-	(37.105)
		<u>(166.860)</u>	<u>7.718</u>	-	<u>(159.142)</u>
		<u>187.332</u>			<u>195.050</u>

2.10. Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Organização estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	Taxa de Depr. %	31/12/2018	Adições	Baixas	30/12/2017
Custo					
Software		5.119	-	-	5.119
Marcas e Patentes		2.653	-	-	2.653
		<u>7.772</u>	-	-	<u>7.772</u>
Amortização					
Software	20%	(2.407)	-	-	(2.407)
		<u>(2.407)</u>	-	-	<u>(2.407)</u>
Total Líquido		<u>5.366</u>	-	-	<u>5.366</u>

2.11. Tributos

2.11.1. Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Organização sem fins lucrativos, goza de benefícios de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o lucro de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3.000 de 29/03/99 e o artigo 195 da constituição federal.

2.11.2. PIS

A Organização está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salário à alíquota de 1% de acordo com a Lei 9.532/97

2.11.3. COFINS

A Organização goza de benefícios de isenção de pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Organização, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas.

2.12. Patrimônio líquido

Descrição	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Social	478.939	539.401

O patrimônio social é constituído por doações acrescido dos superávits e decrescido os déficits acumulados desde a constituição da Organização.

2.13. Destinação do resultado

O superávit apurado no exercício será destinado à manutenção das atividades, em atendimento aos dispositivos legais vigentes. Aplicáveis a instituições filantrópicas.

2.14. Receitas Operacionais

É representado por:

- Recursos com restrição
- Os recursos com restrição são os recursos adquiridos através do poder público ou privado, que devem ser totalmente revertidos aos projetos à que se destinam.
- A Organização mantém em contas do passivo (Obrigações com convênios) os valores dos recursos até que sejam cumpridas as cláusulas que restringem o uso por parte da Organização.

2.15. Recursos Públicos

Descrição	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Jovem Aprendiz	-	17.903
SCFV – Municipal	1.089.420	501.785
SCFV – Federal	-	147.437
SCFV – Estadual	44.146	35.910
Subvenção Municipal	-	250.372
Abordagem Morador de Rua–Recurso Municipal	-	129.294
Abordagem Morador de Rua–Recurso Estadual	-	53.802
Abordagem Morador de Rua–Recurso Federal	-	91.500
Convivência Forma Vínculos	-	19.080
SGD Fortalecendo a Rede	-	23.456
AEPETI	25.346	42.454
	<u>1.158.912</u>	<u>1.312.993</u>

2.16. Recursos sem restrição

Os recursos sem restrição são os recursos provenientes de doações e ou atividades realizadas pela própria instituição. Esses recursos são utilizados para manutenção das atividades da Organização.

2.16.1. Doações

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Doações (i)	3.032	14.649
Nota Fiscal Paulista	7.766	10.501
INSS Patronal	130.386	148.399
Trabalho Voluntário	1.874	37.477
	<u>143.058</u>	<u>211.026</u>

As doações são exclusivamente de anônimos e sócios

2.17. Despesas administrativas e gerais

2.17.1. Prestadores de serviços

Registra as despesas com contratação de pessoal para prestação de serviço social junto à população em situação de risco social da região de Sumaré.

2.17.2. Despesas administrativas e gerais:

Refere-se a despesas administrativas para manutenção da infra-estrutura e gastos de gerais utilizados na realização de programas próprios, públicos e privados.

2.17.3. Instrumentos financeiros

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem a caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras em condições normais de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

A Organização não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares.

2.17.4. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

Sumaré 13 de Março de 2019



Paulo Roberto de Lima
Diretor Geral
CPF: 071.342.658-62



Arnaldo Pastorin Junior
Contador
CPF: 251.785.628-10
1SP-222245/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Sociedade Humana Despertar – SHD, no exercício de suas atribuições estatutárias, reuniu-se em sua sede, durante tempo indispensável e, examinando o conjunto de demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, aprova por unanimidade as referidas demonstrações.

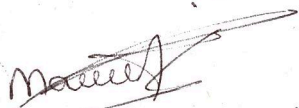
Sumaré 13 de março de 2019



Paulo Roberto de Lima
Diretor Geral
CPF: 071.342.658-62



Arnaldo Pastorn Junior
Contador
1SP 222245/O-9
CPF: 251 785 628-10



Maria Ângela Teixeira da Silva
Conselheira Fiscal
CPF: 167.159.038-40



Regis Augusto de Paiva Santos
Conselheiro Fiscal
CPF: 364.903.608-50



Emílio Rodrigues Junior,
Conselheiro Fiscal
CPF: 082.436.236-55